



REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO FISCAL

REGISTRO DAS REVISÕES

Nº	Data	MOTIVO DAS REVISÕES
0	29/09/2023	Criação do regimento.

ELABORAÇÃO	VERIFICAÇÃO	APROVAÇÃO
DATA: 29/09/2023	DATA: 29/09/2023	DATA: 29/09/2023 Ata da Assembleia Geral Extraordinária

ESTA POLÍTICA ENTROU EM VIGOR NA DATA: 29/09/2023

REQUER TREINAMENTO: _____SIM ____X____NÃO



REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO FISCAL	Implantação: 29/09/2023	Revisão: 29/09/2023
---	-----------------------------------	-------------------------------

**REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA DE
DESENVOLVIMENTO DE BARRA MANSA - CDBM**

1. ABRANGÊNCIA E OBJETIVO

- 1.1 O presente Regimento tem por objetivo regular as atribuições e o funcionamento do Conselho Fiscal da Companhia e de suas subsidiárias.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

- 2.1 Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976: que “dispõe sobre as Sociedades por Ações”, e suas alterações.
- 2.2 Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016: que “dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios” e suas alterações.
- 2.3 Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018: que “dispõe sobre a proteção de dados pessoais”.
- 2.4 Decreto 46.188 de 06 de dezembro de 2017: que “regulamenta, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, a lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias”.
- 2.5 Estatuto Social da Companhia.

3. DEFINIÇÕES

São considerados, para os fins deste Regimento, no singular ou no plural, os termos a seguir.

- 3.1 **Acionista Controlador**: acionista ou grupo de acionistas vinculados por acordo de voto ou sob controle comum que exerça(m) o Controle da Companhia, nos termos da Lei 6.404/1976.



REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO FISCAL	Implantação: 29/09/2023	Revisão: 29/09/2023
---	-----------------------------------	-------------------------------

- 3.2 **Código de Conduta:** Código de Conduta, Ética e Integridade da Companhia, que vier a ser elaborado nos termos do Artigo 9º da Lei 13.303, do Decreto 46.188/2017 e demais disposições aplicáveis.
- 3.3 **Comitê de Auditoria Estatutário:** órgão auxiliar ao Conselho de Administração da Companhia, criado nos termos do parágrafo único do artigo 12 do Estatuto Social da Companhia, do artigo 24 da Lei 13.303/2016 e do do Decreto 46.188/2017.
- 3.4 **Coligada:** qualquer sociedade coligada à Companhia, conforme definido no artigo 243, parágrafo 1º, da Lei 6.404/1976
- 3.5 **Controlada:** qualquer sociedade controlada, conforme definição de Controle, nos termos da Lei 6.404/1976, direta ou indiretamente, por tal pessoa.
- 3.6 **Controle:** controle, direto ou indireto, de qualquer sociedade, conforme definido no artigo 116 da Lei 6.404/1976.
- 3.7 **Dado pessoal:** informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável.
- 3.8 **Dado pessoal sensível:** dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa.
- 3.9 **Tratamento de dados pessoais:** toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

4. COMPOSIÇÃO

- 4.1 A composição do Conselho Fiscal da Companhia é disciplinada nos termos do artigo 38 do Estatuto Social, respeitando as disposições da Lei nº 6404/1976 e Lei nº 13.303/2016.
- 4.2 O Conselho Fiscal da Companhia tem as atribuições e poderes conferidos pelo art. 39 do Estatuto Social, pela Lei nº 13.303/2016, pelo Decreto 46.188/2017, e pela Lei nº 6.404/1976.



REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO FISCAL	Implantação: 29/09/2023	Revisão: 29/09/20233
---	-----------------------------------	--------------------------------

- 4.3 Nos termos do Artigo 26 da Lei 13.303 e do Artigo 38, parágrafo primeiro do Estatuto Social, o Conselho Fiscal da Companhia contará com pelo menos um membro indicado pelo Acionista Controlador, que deverá ser servidor público com vínculo permanente com a administração pública.
- 4.4 O Comitê de Auditoria Estatutário com competência para auxiliar o Acionista Controlador na indicação dos membros do Conselho Fiscal, deverá verificar a conformidade do processo de indicação e de avaliação desses membros com o disposto na Política de Indicação, que vier a ser elaborada, no Estatuto Social e demais disposições aplicáveis.
- 4.5 O prazo de mandato dos membros do Conselho Fiscal da Companhia será de um ano, sendo permitida reconduções consecutivas.
- 4.6 Os membros do Conselho Fiscal apresentarão declaração de bens à Gerência de Recursos Humanos da Companhia, ao assumirem e ao se desligarem de suas funções.

5. REQUISITOS

- 5.1. Os membros do Conselho Fiscal da Companhia deverão atender aos requisitos presentes no artigo 26, §1º da Lei nº 13.303/2016 e no artigo 39 do Decreto Estadual 46.188/2017, bem como não se enquadrar nas vedações de que trata a Cláusula sexta desse Regimento.

6. INDICAÇÃO, REQUISITOS E VEDAÇÕES

- 6.1. As indicações de membros do Conselho Fiscal da Companhia deverão observar o disposto em item específico da Política de Indicação que vier a ser elaborada.
- 6.2. É vedada a indicação como membro do Conselho Fiscal de pessoa que se enquadre em alguma das vedações presentes nos artigos 147 e 162, §2º da Lei nº 6.404/1976



REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO FISCAL	Implantação: 29/09/2023	Revisão: 29/09/2023
---	-----------------------------------	-------------------------------

ou que não cumpra os requisitos presentes no artigo 26, §1º da Lei 13.303/2016 no artigo 39 do Decreto Estadual 46.188/2017, e em item específico da Política de Indicação, que vier a ser elaborada.

- 6.3. A verificação dos requisitos e vedações observará o disposto em item próprio da Política de Indicação que vier a ser elaborada, aplicando-se à nomeações, reconduções e eleições.
- 6.4. Os requisitos deverão ser comprovados documentalmente, na forma exigida pelo Estatuto Social da Companhia, pela Lei 13.303/2016, pelo Decreto 46.188/2017 e pelo disposto em item próprio da Política de Indicação, que vier a ser elaborada, devendo a documentação ser mantida na sede da Companhia pelo prazo mínimo de cinco anos, contado do último dia de mandato do membro.

7. INVESTIDURA

- 7.1. Os membros do Conselho Fiscal da Companhia serão investidos nos seus cargos mediante assinatura (i) do Termo de Posse e Anuência; (ii) da Declaração de Desimpedimento, e; (iii) do Termo de Adesão às políticas e normas da empresa.
- 7.2. Os membros do Conselho Fiscal da Companhia devem participar, na posse e anualmente, de treinamentos específicos disponibilizados pela empresa estatal, observado o disposto no artigo 17, §3º da Lei nº 13.303/2016 e no artigo 40 do Decreto Estadual 46.188/2017.

8. REMUNERAÇÃO

- 8.1. A remuneração global ou individual do Conselho Fiscal da Companhia será anualmente fixada pela Assembleia Geral da Companhia.
- 8.2. A remuneração mensal dos membros do Conselho Fiscal da Companhia obedece ao que dispõe o Art. 162, Parágrafo 3º, da Lei nº 6.404/1976 e ao disposto em item específico da Política de Remuneração.
- 8.3. É vedado o pagamento de participação, de qualquer espécie, nos lucros da Companhia aos membros do Conselho Fiscal.



REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO FISCAL	Implantação: 29/09/2023	Revisão: 29/09/2023
---	-----------------------------------	-------------------------------

9. RESPONSABILIDADE

- 9.1. Os membros do Conselho Fiscal serão individualmente responsabilizados pelos atos praticados no âmbito de suas respectivas atribuições, quando agirem em desconformidade com a lei e com o Estatuto Social, nos termos do art. 158, inciso II da Lei 6.404/1976.
- 9.2. A Companhia assegurará aos membros do Conselho Fiscal, quando legalmente possível, a defesa em processos judiciais e administrativos propostos contra essas pessoas, na forma definida no Estatuto Social da Companhia.

10. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

- 10.1. Será realizada avaliação de desempenho, individual e coletiva, de periodicidade anual, dos membros do Conselho Fiscal da Companhia.
- 10.2. Caberá ao Comitê de Auditoria Estatutário que vier a ser criado acompanhar a conformidade do processo de avaliação dos administradores e do Conselho Fiscal.
- 10.3. O processo da avaliação dos membros do Conselho Fiscal da Companhia é divulgado no Relatório Anual do Comitê, assim como os principais aspectos do plano anual de melhorias.



REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO FISCAL	Implantação: 29/09/2023	Revisão: 29/09/2023
---	-----------------------------------	-------------------------------

11. DEVERES E VEDAÇÕES DOS CONSELHEIROS

11.1 Os membros do Conselho Fiscal da Companhia têm os seguintes deveres no exercício de seus mandatos e devem, além do que dispuser o Estatuto Social da Companhia e a lei aplicável:

- (a) exercer as suas funções no exclusivo interesse da Companhia, satisfeitas as exigências do bem público e da sua função social;
- (b) guardar sigilo sobre informações ainda não divulgadas ao mercado, obtidas em razão do cargo;
- (c) comparecer às reuniões previamente preparados, inclusive no que se refere ao exame prévio dos documentos postos à disposição, e delas participar ativa e diligentemente;
- (d) declarar, previamente à deliberação, sempre que a matéria submetida à apreciação tiver interesse particular ou conflitante com o da Companhia, abstendo-se de participar da sua discussão e votação;
- (e) conhecer e fazer cumprir o Estatuto Social da Companhia, as políticas, os regimentos internos dos órgãos da Companhia e o Código de Conduta que vier a ser elaborado;

11.2 É vedado aos membros do Conselho Fiscal da Companhia:

- (a) praticar ato de liberalidade à custa da Companhia;
- (b) tomar empréstimos ou recursos da Companhia e usar, em proveito próprio, bens a ela pertencentes;
- (c) receber qualquer modalidade de vantagem em razão do exercício do cargo;
- (d) omitir-se no exercício ou proteção de direitos da Companhia ou demais Controladas, Coligadas ou Subsidiárias integrais;
- (e) intervir em operações que tenham interesse conflitante com a Companhia ou com qualquer Controlada, Coligada ou Subsidiária integral, devendo, nessa hipótese, consignar as causas do seu impedimento em ata;



REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO FISCAL	Implantação: 29/09/2023	Revisão: 29/09/2023
---	-----------------------------------	-------------------------------

12. TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

- 12.1 O tratamento de dados pessoais no âmbito das atividades do Conselho Fiscal será realizado em conformidade com as disposições da Lei nº 13.709/2018 e com a Política de Privacidade da Companhia que vier a ser elaborada.

13. APROVAÇÃO

O presente Regimento foi aprovado em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 29 de setembro de 2023.

- 13.1 Compete ao Conselho Fiscal aprovar alterações ao presente Regimento.
- 13.2 Este Regimento entra em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

Barra Mansa, 29 de setembro de 2023.